

**FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE CAPIM GROSSO - FCG
CURSO DE PEDAGOGIA**

**CARINA SILVA SANTOS
JONIELI PORCINO DE JESUS
LAIANE DE SOUZA SANTANA**

**ALFABETIZAÇÃO DE IDOSOS NO BRASIL E SUAS DIFICULDADES
EJA**

**Capim Grosso – BA
2023**

**CARINA SILVA SANTOS
JONIELI PORCINO DE JESUS
LAIANE DE SOUZA SANTANA**

ALFABETIZAÇÃO DE IDOSOS NO BRASIL E SUAS DIFICULDADES EJA

Trabalho apresentado ao curso de Pedagogia da
Faculdade Capim Grosso – FCG como critério
avaliativo da disciplina de TCC II.

Orientador Prof. Esp. Murilo Miranda

**Capim Grosso – BA
2023**

**ALFABETIZAÇÃO DE IDOSOS NO BRASIL E SUAS DIFICULDADES
EJA**

Por

**CARINA SILVA SANTOS
JONIELI PORCINO DE JESUS
LAIANE DE SOUZA SANTANA**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduado em pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso- FCG, sendo-lhe atribuída nota _____, pela banca examinadora formada por:

Professor Orientador:

Prof.Esp. Murilo Miranda

Professor/a Avaliador/a:

Prof.

Professor/a da Avaliador/a:

Prof.

Capim Grosso
2023

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em primeiro lugar a Deus que iluminou o nosso caminho durante essa caminhada para que pudéssemos galgar mais degraus na nossa formação profissional.

Aos Mestres, nossos reconhecimentos sinceros e eternos por tudo que destes de vós para a nossa formação profissional.

Aos nossos pais, filhos e companheiros, as principais pessoas a quem devemos por este momento. De vocês recebemos o dom mais precioso do Universo: a Vida. Revestiram-nos de amor, carinho e dedicação e, hoje, estamos prestes a finalizar um curso, procuramos entre as palavras aquela que gostaria que seus corações ouvissem do nosso, e só encontramos um simples e sincero muito obrigado, FAMILIA.

Aos colegas de turma pelo prazer de conhecê-los, pelo respeito e a amizade que fizemos, pela cumplicidade, companheirismo, por nos ajudarem sempre que precisamos e por não nos abandonarem nesta jornada.

Ao professor mestre Murilo Miranda, que de maneira especial nos orientou durante a elaboração desse trabalho, que confiou em nossa pessoa dando forças para enfrentar os desafios constantes.

Enfim, MUITO OBRIGADO

O aprendizado da escrita e da leitura tem que orientar-se sempre para o que seja ler e escrever, e nenhum processo ou método de alfabetização será eficaz se retirar de perspectiva o valor da escrita e da leitura na prática social contemporânea. (FRANCHI, 2012, p. 104).

CARINA SILVA SANTOS¹
JONIELI PORCINO DE JESUS²
LAIANE DE SOUZA SANTANA³

ALFABETIZAÇÃO DE IDOSOS NO BRASIL E SUAS DIFICULDADES EJA

RESUMO

Este trabalho teve como temática as Dificuldades de aprendizagem na educação de jovens e adultos, abordando breve retrospectiva da história da EJA, ressaltando os percalços pelo qual passou essa modalidade. Ainda transcorre rapidamente sobre o letramento e alfabetização da EJA, como pode ser entendida esses processos e o melhor desempenho. Das dificuldades enfrentadas pelos educadores ao cumprir seu papel e também as dificuldades dos alunos que passam pela escola tardiamente e enfrentam diversos problemas sejam eles de ordem social, física ou intelectual. Abrange também os desafios que o educando enfrenta. Todo o trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa de campo com professores e alunos e com o embasamento bibliográfico disponível, almejando contribuir para uma melhor educação, com visão, reflexão, consciência e senso crítico.

Palavras-chave: Letramento. Alfabetização. Educação

ABSTRACT

This work had as its theme Learning Difficulties in the education of young people and adults, covering a brief retrospective of the history of EJA, highlighting the setbacks this modality went through. It still goes quickly about EJA literacy and literacy, how these processes can be understood and the best performance. The difficulties faced by educators when fulfilling their role and also the difficulties of students who attend school late and face various problems, whether social, physical or intellectual. It also covers the challenges that the student faces. All the work was developed based on field research with teachers and students and with the available bibliographical basis, aiming to contribute to better education, with vision, reflection, awareness and critical sense.

Keywords: Literacy. Literacy. Education

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso - FCG

² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso - FCG

³ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso - FCG

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A EJA E O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL.....	9
3	HISTORICIZANDO A EJA NO BRASIL.....	13
4	EJA E O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL DA SOCIEDADE	18
5	AS POSSIBILIDADES QUE A ESCOLA PODE PROPORCIONAR PARA O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL.....	24
6	METODOLOGIA.....	28
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
8	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, há um grande número de pessoas analfabetas com idade acima de 60 anos. O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que se apresenta de maneira heterogênea em cada país. Destacamos que a Gerontologia é a ciência que estuda o idoso em situação pedagógica.

Vale saber que nas últimas décadas aumentaram as discussões sobre o idoso no Brasil e sobre a garantia de seus direitos e um deles é o direito à educação escolar através da modalidade EJA.

É sabido que a apropriação da leitura e da escrita é um desafio hoje na educação formal. No entanto surge em meados dos anos 80 o termo “letramento” em decorrência da necessidade de ampliação do conceito de alfabetização. Essa palavra passou a designar, então, os usos sociais da leitura e da escrita. (SOARES, 1998). O letramento é entendido, desse modo, como um conjunto de práticas sociais em que a escrita é usada. (KLEIMAN, 1995).

Segundo a mais recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo no Brasil teve uma discreta melhora,

saindo de 6,8%, em 2018, para 6,6%, no ano passado. Este novo índice foi retratado por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação. Mesmo com a diminuição, que representa aproximadamente 200 mil indivíduos, o país ainda conta com 11 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever. De acordo com o IBGE, analfabetos são cidadãos que têm 15 anos de idade ou mais se eles não conseguem formular nem pequenos textos.

Nesse contexto destacamos que a Educação de Jovens e Adultos é concebida como processo de inclusão e de enfrentamento da exclusão social. Na análise do Documento, podemos constatar que a EJA combate à exclusão, na medida em que é garantida como um direito humano e social, indutora da garantia de outros direitos, por meio de uma ação intersetorial, isto é, da colaboração entre os diversos setores de um governo em função da garantia de uma rede de direitos, historicamente negado aos jovens e adultos. A EJA é vista, além do mais, como uma modalidade de formação para a cidadania plena, ativa, em que o jovem e o adulto passam a atuar de forma consciente sobre a sua realidade e a intervir nela, numa perspectiva de transformação.

A EJA, de acordo com a Lei nº 9394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, pra tal deveria receber um tratamento consequente. (PARECER CNE/CEB nº 11/2000, p. 02).

Vale salientar que mesmo após decretada a lei citada anteriormente, continuávamos a ver muitos brasileiros nesta etapa da vida sem acesso à leitura e à escrita, ou ainda, a educação acontecia de forma contingente, não atendendo às necessidades da população inserida na EJA. Frente a este quadro, nos inquietamos com algumas questões que se configuram como eixos norteadores desta pesquisa que veremos a seguir.

A EJA contribui para o enfrentamento da exclusão social no Brasil, de modo particular na escola pesquisada? A prática pedagógica adotada na EJA propicia o crescimento pessoal e social dos educandos? Que metodologia é adotada pelos professores? A metodologia estabelece vínculos com a realidade dos alunos? Há, no cotidiano da escola, experiências bem-sucedidas da EJA?

A escolha do tema decorre da indagação que permeia sempre nossas reflexões, entre elas: Quais são os desafios enfrentados pelos alunos? Qual a

motivação que leva os jovens e adultos a ingressarem na EJA? Qual é o perfil dos estudantes da EJA? Como deve ser a atuação do professor na sala de aula da EJA? Qual é o perfil dos professores dessa modalidade? Qual a influência do pensamento de Paulo Freire na educação de jovens e adultos?

Sendo assim procuramos justifica-se por tal escolha a notável desigualdade social, e o alto índice de analfabetos em nosso país em virtude é importante olhar para a Educação de Jovens e Adultos como instrumento capaz de minimizar problemas sociais a longo prazo. A Educação de Jovens e adultos é uma disciplina presente na matriz curricular do curso de Pedagogia. Opta-se em aprofundar nesse tema, a partir dos estudos realizados na disciplina EJA. Percebe-se o quão é importante a modalidade do EJA para as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar, ou que tiveram que abandonar a escola por motivos diversos.

2 A EJA E O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

O que nos interessa nesse estudo é compreender a relação entre EJA, entendida como processo social, político, cultural e educacional, e suas contribuições para o enfrentamento da exclusão social.

Deixamos claro que a exclusão social continua sendo uma temática contemporânea e, concomitantemente, vem sendo problematizada ao longo dos anos por inúmeros estudiosos. A exclusão social pode ser definida como o resultado da ação dos grupos sociais considerados mais favorecidos em detrimento da classe popular, de modo que a intenção da elite consiste em manter as classes menos favorecidas subordinadas as suas regras de convivência e conveniência, bem como excluídas dos bens materiais e culturais que lhes são de direito.

De acordo com Estivill (2003, p.01):

A exclusão social é, simultaneamente, um fenômeno do passado edo presente e, se não for solucionado, pertencerá também ao futuro. Ao longo da história evoluiu no que respeita às suas características econcepções. E, embora exista um conhecimento patrimônio comum da humanidade sobre o seu significado, é inegável que a exclusão apresenta diversos rostos nos vários continentes e, dentro deles, nas regiões e países. Da mesma forma, as medidas e as estratégias necessárias para combatê-la foram evoluindo e não são as mesmas nos quatro cantos do mundo. As pessoas, os movimentos

sociais, os actores sócios económicos e os diversos âmbitos da administração pública, também não actuam em consonância.

Nesta perspectiva destacamos que a exclusão social, engloba causas e consequências diversas, dependendo do contexto e da localidade em que ocorra. Ao passo que as tomadas de enfrentamento, também, devem corresponder às especificidades locais. Este termo, por vezes, encontra-se atrelado à exclusão dos bens materiais e/ou econômicos, ou seja, os excluídos seriam aqueles considerados aquém dos recursos financeiros esperados pela sociedade capitalista. Para Estivill (2003), a exclusão originou-se desde o momento em que homens e mulheres decidiram viver de forma coletiva, buscando dar sentido à vida em comunidade. E é na busca deste sentido que os conflitos entre os grupos pela tomada de poder começam a emergir.

O autor supracitado esclarece que ao fazer referência à exclusão social na Europa, buscava-se fazer uma distinção entre homens e mulheres, estabelecendo os que têm plenos direitos e aqueles que são desprovidos destes, de modo que esta postura não era vista como exclusão, mas, sim, como algo normal que seguia uma ordem humana e religiosa. Para tanto “[...] os processos ascendentes de racismo, integrismo e de tratamento punitivo da alteridade continuam de forma explícita [...]” (ESTIVILL, 2003, p.06), ultrapassando as questões de gênero e do social, adentrando como consequência no campo educacional.

Destacamos que o conceito de exclusão é bastante polissêmico, na medida em que por vezes confunde-se com a pobreza. Estivill (2003) continua expondo que o termo pobreza antecedeu o termo exclusão, sendo este recente, ao ponto de culpabilizar ou estigmatizar os coletivos considerados mais vulneráveis. O autor faz uma crítica à utilização do termo exclusão, em razão da multiplicidade de sentidos que lhe fora atribuído, sendo qualificado como “saco fundo” (local que cabe tudo) ou loja de conveniência (local que se vende de tudo), tornando-o um termo vulgarizado, o qual é munido de tantos sentidos que acaba ficando saturado ou sem sentido. Com isto, se exclusão social acopla todos os acontecimentos de submissão sobre os grupos ditos inferiores, torna-se algo complexo e de difícil solução para tantas situações adversas.

De fato a exclusão social é refletida na sociedade como a insatisfação do ser humano perante o que não pode realizar para si ou para a sua família. Além de

objetivar a coesão interna, no sentido em que determinados grupos seguem modas, hábitos ou ideias dominantes (ESTIVILL, 2003), como se estas fossem as únicas posturas adequadas para que grupos específicos sejam aceitos pela sociedade.

Outro paradigma de sentido é a autoexclusão, a título de exemplo, o mesmo autor cita os ciganos como um grupo em que buscou a exclusão para afirmar sua identidade, cuja distância da sociedade engendrou a afirmação dos seus princípios, sem que as influências externas pudessem interferir na cultura local, a saber: o apego ao trabalho e a falta de respeito pelos mais velhos. Sendo assim “qualquer sociedade, qualquer grupo, mesmo qualquer indivíduo, cria e possui as suas regras, mais ou menos explícitas [...]” (ESTIVILL, 2003, p. 14), postulando diferenças entre o significado do eu e do outro, afirmativa que contribui para entendermos que as rupturas sociais, não só excluem, mas podem demonstrar novas possibilidades de coesão social, baseando-se no respeito às diversas culturas existentes.

Destacamos que a Educação de Jovens e Adultos surge, no contexto brasileiro, como uma modalidade de ensino fundamental e de ensino médio, direcionada a jovens e adultos, com a finalidade de diminuir a desigualdade social e oportunizar o início ou a conclusão dos estudos.

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, Parecer 11 de 10 de maio de 2000, p. 05).

Vale lembrar que a Educação de Jovens e Adultos é oferecida em cursos presenciais, semipresenciais e não presenciais que são divididas em modalidade como EJA I nível I e II e EJA II nível III e IV. De acordo com o Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000, do CNE, a EJA possui três funções, são elas: reparadora, equalizadora e qualificadora. Em um mundo cada vez mais globalizado, se faz necessário uma educação que consiga abranger as reais funções e necessidades dos indivíduos. Entendemos que, mesmo com essa globalização nos dias atuais, há também certa contradição, no sentido do distanciamento nas relações sociais de alguns grupos e as condições econômicas como determinantes para ditar o modo de vida de cada um e a maneira de dominação e sujeição com que se confrontam.

Enfatizamos que a Educação de Jovens e Adultos tem uma função crucial na perspectiva de combate à exclusão social. Mas, é importante destacarmos que não estamos alegando aqui que, a Educação é a redentora dos problemas sociais, mas como já dizia Freire (2000, p. 67) “se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

A problemática da exclusão para o contexto educacional, mais precisamente na Educação de Jovens e Adultos, também está relacionada à pobreza, na medida em que os sujeitos dessa modalidade são, geralmente, “frutos” de histórias mal sucedidas de seus antecedentes e por terem tido o direito à educação negado, perderam, também, outros direitos básicos da condição humana. Segundo (GADOTTI, 2009, p. 6), “o analfabetismo é uma ofensa ao direito de cidadania: é como negar o direito humano à comida, à liberdade, o direito a não ser torturado”.

Já na Educação de Jovens e Adultos, a alfabetização desses alunos é entendida como o início e uma etapa de educação ao longo da vida, uma vez que, somos seres inacabados, segundo Paulo Freire. Sabemos que alfabetizar é uma parte fundamental da EJA, mas não é a única e nem a principal função desta modalidade, pois entende-se que o ato de ler vai além das palavras, a modo de uma leitura de mundo:

...desde muito pequeno aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos ir além dele. Precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos. (FREIRE, 1993, p.71).

Educadores do público da Educação de Jovens e Adultos tem um comprometimento com o cenário de desigualdades sociais. Muitos dos alunos sentem-se culpados pelo seu insucesso escolar, quando na verdade vários fatores são determinantes para que o aluno deixe a escola, ou melhor, para que o aluno seja convidado a se retirar da escola. Tomando como base essas considerações, professores da EJA tem o desafio de contextualizar os conteúdos trabalhados em sala de aula, na perspectiva de uma educação que tenha conexão com a realidade do educando, atribuindo suas dificuldades e limitações. É, também, uma educação para a cidadania, e estes dois aspectos: direito e cidadania, são direitos imprescindíveis à condição humana. Suas consequências, sejam elas positivas ou negativas, são

entendidas como o reflexo social de um povo e de um país, ou seja, quanto maior o grau de instrução e de conhecimento de uma população, maior é a visão crítica em relação ao mundo, e conseqüentemente melhor será (ou pelo menos se luta pra isso) o acesso à saúde pública, à habitação, ao saneamento básico, à alimentação e à educação. Como também

fundada nos valores da democracia, da participação, da equidade e solidariedade social, a EJA deve permitir aos educandos mudar a qualidade de sua intervenção na realidade. Seu objetivo primeiro é, pois, a construção de novas formas de participação e de exercícios pleno e consciente dos direitos da cidadania. A formação para o trabalho, entendida como uma das dimensões da educação continuada de jovens e adultos, deve articular-se à educação geral e atender aos fins da educação nacional. (PAIVA; MACHADO; IRELAND, 2007, p. 27).

De fato são inúmeros os fatores que combatem a exclusão social, apenas elencamos aqui alguns deles, enfocando mais na modalidade de ensino EJA. A sua proposta de educação vai além de um auxílio social, ela objetiva ações que alcance novas dimensões, as quais propiciem à formação integral do ser.

3 HISTORICIZANDO A EJA NO BRASIL

Levando em considerando que são mais de quatro séculos de vivências e atuações nesse campo, o da educação, e que grande parte desses registros e informações foram se perdendo com o tempo, devido a uma má conservação ou falta de armazenamento adequado por parte das nossas gerações anteriores, poderíamos dizer que não foi um trabalho fácil feito pelos historiadores. Porém, os indícios encontrados são suficientes para entendermos como chegamos até a situação atual, podendo problematizar o ensino de jovens e adultos em nosso país, ou melhor, compreender o recorrente analfabetismo na sociedade brasileira.

Neste percurso foram identificadas algumas experiências educativas de práticas formais e não formais, umas com a finalidade de doutrinar, disciplinar, e outras de domesticar, pacificar para o trabalho escravo e, outras ainda para conquistar direitos civis. Essas práticas educativas são criadas pela ação humana, carregadas de interesses por parte dos seus agentes educadores e a responsabilidade de atuação não depende do tipo de prática, o que vai torná-la responsável, no sentido de cumprimento do seu papel, exercitando para a cidadania, é a qualidade da ética da

prática educativa, ou seja, "ser responsável no desenvolvimento de uma prática qualquer, implica, de um lado, o cumprimento de deveres, de outro, o exercício de direitos" (FREIRE,1992,p.89).

Com a chegada dos jesuitas em nossas terras, estes consolidaram o ensino público na colônia, o ato de ensinar os índios adultos a ler e escrever despertou tamanho interesse por parte dos sacerdotes, pois a principal finalidade "dessa educação" era convertê-los ao catolicismo. E para obterem sucesso nessa obra, os Jesuítas observavam que precisavam dominar a língua indígena, o tupi. Dessa forma, criaram um material específico para sistematizar o ensino e facilitar a comunicação entre os professores e seus alunos. Logo, chegaram os escravos e alguns deles, também, foram instruídos e catequizados pelos religiosos. Um número reduzido de mulheres fez parte dessas experiências educacionais. A educação jesuítica restringia-se apenas a alfabetizar, pois o governo de Portugal não permitia a criação de universidades nas colônias, visto que esse tipo de educação superior era limitado aos pequenos grupos da nobreza.

Foi definido no século XIX, que o processo de escolarização deveria incluir as conhecidas "camadas inferiores" da sociedade, propondo uma política instrutiva específica para jovens e adultos. Esse ensino voltado para jovens e adultos, assemelhava-se a uma ação filantrópica, pois eram feitos apelos para erradicar o analfabetismo e os professores nada recebiam pelo serviço prestado, ou seja, "qualquer pessoa de 'boa vontade', com 'paciência' e 'espírito missionário' pode se tornar um alfabetizador" (GALVÃO; SOARES, 2006, p.53). Em relação à organização curricular era diferenciado para ambos os sexos, tendo uma finalidade prática, seja para desempenhar afazeres do lar ou para ordeirar o indivíduo à civilização.

As propostas de reformas para a educação foram surgindo, nas primeiras décadas do século XX, no sentido de extinguir o analfabetismo entre os adultos, tais como: reorganização dos cursos noturnos, modificações nos conteúdos, criação de ensinos supletivos e cursos profissionalizantes. Acabar com o analfabetismo no Brasil tornou-se objetivo de muitos, mas ao mesmo tempo em que existia essa necessidade de alfabetizar a população, havia em contrapartida, uma preocupação por parte da elite de perderem o controle sobre os referidos. Dessa forma, o ensino "se reduz ao

ato mecânico de "depositar" palavras, sílabas e letras nos alfabetizando" (FREIRE, 1976, p.13).

Com a chegada da industrialização, muitas mudanças no âmbito da escolarização foram implementadas, visto que era necessária uma mão de obra para operar as máquinas. Dessa maneira, muitos cursos práticos e exames supletivos foram executados nesse período, capacitando um grande número de pessoas, num curto espaço de tempo. Nesse sentido, a educação estava voltada principalmente para a qualificação da mão de obra destinada ao trabalho e aos serviços e para a educação profissional em nível técnico, deixando de lado uma formação conscientizadora e emancipadora.

As primeiras mudanças na educação começaram a surgir na década de 40, foram realizadas as primeiras campanhas de alfabetização de massa em âmbito nacional, são elas: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); Campanha Nacional de Educação Rural (CNER); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). A CEAA queria extinguir o analfabetismo em pouco tempo de atuação, mas não se preocupou em capacitar os alfabetizadores e, assim, falhou e veio a CNER. Esta, por sua vez, queria atingir as áreas rurais, pois apresentavam um grande atraso nas políticas de alfabetização das pessoas do campo. E pela apresentação de resultados negativos, em relação à eficácia da referida campanha, surgiu a CNEA, que foi criada com a intenção de melhorar as condições de vida das populações desfavorecidas, visando o desenvolvimento econômico e social do país. Mas, a atuação dessa campanha não conseguiu mudar o sistema de ensino, pois continuavam mantendo a superficialidade do ensino, tornando cada vez mais, as escolas da zona rural e da zona urbana fora do contexto

Nas décadas de 50 e 60 começam a surgir os movimentos que trazem ações voltadas para e com a classe popular, que tiveram como inspiração e modelo as ideias de Paulo Freire. Muitas pessoas se mobilizaram em favor dessa educação: estudantes, artistas, intelectuais, membros da Igreja Católica, que se reuniram e cada um deu sua contribuição, seja através da música, do teatro, do rádio, entre outros meios, para transformar o quadro que se apresentava no momento. "Mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política por ser analfabeta" (GALVÃO; SOARES, 2006, p.44).

Destacamos que foi a partir dos movimentos populares que foram surgindo as reflexões e ações que encaminhassem a uma possível mudança na concepção de alfabetização, a qual anteriormente tinha como objetivo resumir a leitura ao ato de soletração e a escrita, ao ato mecânico de copiar. Com essas mobilizações, começaram a considerar um conjunto de habilidades a serem dominadas no ato de alfabetizar, com um enfoque na leitura de mundo dos alunos e alunas da EJA, ou seja, um aprendizado com sentido para os educandos e educandas, como nos mostra GADOTTI (2005, p.32) "aprender e ensinar com sentido é aprender e ensinar com um sonho na mente. A pedagogia serve de guia para realizar esse sonho".

Vale lembrar que com o golpe militar de 1964, muitas campanhas e movimentos foram interrompidos e desmobilizados, destruíram os instrumentos utilizados para trabalhar, como também os registros e anotações, prenderam os idealizadores e militantes dos movimentos educacionais, por serem considerados subversivos, ou seja, estavam transtornando a ordem. Muitos deles foram torturados, exilados, ou mortos, pois representavam, segundo o regime, uma certa ameaça se continuassem com seus trabalhos educativos.

Com a tomada do poder por parte dos militares, em seus primeiros anos de atuação, não demonstravam um interesse em dar continuidade aos trabalhos iniciados por Freire e outros educadores, para alfabetizar adultos, pois para os adultos analfabetos bastava apenas saber "desenhar o nome", criando uma massa de analfabetos funcionais. Ao perceberem que era necessário acabar com o analfabetismo, ou pelo menos baixar os seus altos índices, lançaram a Cruzada ABC (Cruzada de Ação Básica Cristã) que era um movimento de caráter conservador e, por isso, não atendia as necessidades da população atual.

Atrelada a essa iniciativa, criaram o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Era uma campanha imediatista como as anteriores, pois continuava focada na intenção de diminuir os índices de analfabetismo em tempo ágil. Mesmo utilizando o método de alfabetizar de Paulo Freire, existia uma grande diferença, pois não possuía o mesmo conteúdo político e ideológico de emancipação do sujeito, de apresentação da realidade para os indivíduos e de motivação para a instrução. O método que o MOBRAL usou estava vinculado à ideologia dominante e manipuladora, no sentido de fazer aceitar o Estado autoritário vigente e a aprendizagem do código

alfabético, a decodificação. Atuando dessa forma, o MOBRAL foi mais uma campanha de alfabetização de adultos que não deu certo, sendo extinta.

Com a mudança de regime político em nossa nação, começa surgir novas ações não só no âmbito da educação, mas em outros setores da sociedade. Criaram, portanto, a Fundação Educar, uma instituição que era parte do Ministério da Educação, a qual exercia o papel de supervisor, inspecionando as atividades e trabalhos desenvolvidos nas secretarias e outras instâncias educacionais, com o intuito de averiguar se as verbas entregues pelo Governo eram bem empregadas. Em pouco tempo, essa medida foi extinta, e nenhuma mobilização significativa foi criada pelo governo, para solucionar o problema do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil.

Quando a nova Constituição Federal de 1988 estabeleceu a todos aqueles excluídos do processo de ensino-aprendizagem, o direito ao acesso à educação formal, muitos espaços fora da escola desenvolveram experiências de formação e instrução, tais como: ONGs (Organizações Não-Governamentais), movimentos sociais e universidades. Um dos movimentos que se destacou nesse período foi o MOVA (Movimento de Alfabetização), pois envolvia o poder público e a sociedade civil no processo de formação do indivíduo não alfabetizado, tendo como fundamentação de suas práticas a educação popular.

A educação brasileira apresentava baixos resultados no que se refere à competência de leitura e matemática, mesmo com incentivos do Governo Federal, que implementou a Bolsa Família, prolongando a permanência das crianças nas escolas, porém, o ensino continuava de baixa qualidade. Inserido neste cenário, o MEC criou, em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado, com a intenção de suscitar o acesso à educação como um direito de todos e em qualquer período da vida.

Nos anos seguintes foram instituídas outras ações de política nacional para esses jovens e adultos, que em algum momento da sua vida foram privados da escolarização. A intenção dessas ações era promover para esse público uma inclusão social voltada à construção da cidadania. Podemos citar, como exemplos, dessas intervenções: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o PROJOVEM URBANO, o PROJOVEM CAMPO e o Programa Nacional de Educação

do Campo (PRONACAMPO). Esses programas foram criados para dar oportunidade aos excluídos(das) do processo de escolarização que, por algum motivo, não frequentaram a escola no tempo regular ou não concluíram a educação básica.

Em 2010, aconteceu no Brasil uma importante mobilização nacional e internacional para discutir sobre a educação de adultos, a VI CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), que ocorreu em Belém do Pará. Tinha como tema "Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos", com a finalidade de fortalecer a discussão no país sobre essa modalidade, objetivando uma melhoria na qualidade desta educação.

Portanto, podemos observar através desse breve ensaio da educação brasileira que a mesma passou por diferentes métodos e práticas pedagógicas, campanhas e movimentos educacionais ao longo do tempo. Essas variadas formas de instruir e ensinar foram norteadas por interesses políticos, econômicos e ideológicos. E que devido a esses interesses da elite dominante, a nossa educação ficou por muito tempo carente de propostas pedagógicas e políticas comprometidas com a escolarização de todos os cidadãos e mais precisamente no que se refere aos jovens e adultos analfabetos. Tamanha é a dívida histórica que temos com os não alfabetizados, seja por omissão, pelo despreparo, pela descontextualização da realidade social dos mesmos ou até pelo preconceito, caminhando por muitas vezes, em direção a desistência, a evasão e a exclusão.

4 EJA E O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL DA SOCIEDADE

Refletir sobre as políticas educacionais no Brasil, mais precisamente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, significa estabelecer um “olhar” amplo que nos direcione ao passado e ao presente dessa modalidade de ensino. Portanto, ao analisarmos as ações, já desenvolvidas em torno da educação popular, como: projetos, programas e campanhas de massa em nosso país, percebemos a intencionalidade que cada um deles representa no contexto histórico, político, econômico e social do Brasil. Um exemplo disso é o surgimento da Educação de Jovens e Adultos em nosso país. Ela nasce com a intencionalidade de qualificar a

classe trabalhadora apenas para o processo de industrialização, sem que houvesse nenhuma preocupação com uma educação integral, crítica e conscientizadora. Havia apenas uma transmissão assistemática de alguns conhecimentos, que tinha uma intenção voltada aos interesses políticos e econômicos das elites. Souza, (2005, p.179), sistematiza bem esse nosso pensamento, quando diz que “o Brasil, ao longo de sua história, reproduz os padrões de desigualdade social que mantém parte de sua população em situação de pobreza”.

Contudo, fica claro que,

o processo educativo e a escola não são neutros. Foram pensados e construídos juntamente a esta organização econômica e sociocultural. Portanto, temos aqui mais um ponto importante: não existe educação neutra, toda educação ou reforça este sistema ou questiona-o, procurando ações transformadoras. (CORRÊIA, 2009,p. 13).

Para tanto, neste momento iniciaremos uma discussão sobre alguns fatores que acreditamos ser determinantes para compreendermos os processos de exclusão e a função da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Começaremos nossas observações analisando o contexto social em que advém esses indivíduos da EJA, onde, existem “barreiras sociais” que se iniciam antes mesmo da escolarização desses alunos.

Geralmente o não acesso à escola na idade adequada está intrinsecamente relacionado com o contexto social, e isso se tornou algo corriqueiro em nosso país, pois, na maioria das vezes, parte dos educandos necessita trabalhar precocemente. O trabalho se torna mais importante e necessário do que a escola, pois é o seu único meio de sobrevivência. Em consonância com outros fatores interruptivos, capazes de cessar o interesse do educando para a continuidade dos estudos, em decorrência da carga exaustiva de trabalho, atrelado aos cuidados com a família.

Pode-se considerar que o perfil dos alunos da EJA é fruto da desigualdade social, da situação de pobreza que vive a maioria da população e também pelo despreparo da escola para trabalhar com esse público que carrega consigo uma bagagem enorme de experiências de vida. (MOURA, 2008, p. 145).

Portanto, é nesta realidade que os sujeitos da EJA, encontram-se inseridos, levando-nos a supor que, provavelmente, são pessoas que não herdaram de seus pais o sucesso escolar e profissional, e que por conta das necessidades de sobrevivência não puderam priorizar os estudos no tempo regular, pois necessitaram

trabalhar para manter seu sustento. Ou donas de casa que deram prioridade aos cuidados do lar, a criação de seus filhos, e até os estudos destes, porém sua formação escolar foi conduzida como segundo plano.

No decorrer dos nossos estudos, percebemos o quanto a EJA necessita de uma maior assistência e valorização, pois essa área não é apenas uma modalidade de ensino, faz parte do segmento de que a educação não tem um tempo certo e nem idade para concluir o saber, uma vez que estamos em um contínuo processo de evolução e aprendizagem.

Nesta conjectura, o Brasil é conhecido internacionalmente como uma nação de cotrastes, não apenas pelas questões naturais, ou pela miscigenação do nosso povo; mas, pelo contraste social que assola o nosso país.

Por fazermos parte de uma sociedade desigual, entendemos que essas questões ultrapassam os muros da escola, e adentram no contexto escolar dos sujeitos que a constituem.

É bem verdade que não podemos impedir que essas questões permeiem o ambiente escolar, mas nós, como mediadores do conhecimento, devemos buscar meios que estimulem o discente a pensar sua realidade, pois “nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados”. (FREIRE apud CORRÊIA, 2009, p. 108).

Os sujeitos da EJA são pessoas que advém da classe proletarizada e excluída da nossa sociedade, pois se estão nesta modalidade, provavelmente os motivos que conduziram a isso foi que em algum momento da vida desses indivíduos e, por consequência de um sistema, algo lhes foi negado. Todavia, cabe à escola promover discussões que levem o aprendiz da EJA a desenvolver uma “visão” ampla das questões que permeiam sua realidade e uma dessas indagações é a problemática: desigualdade social que, atreladas a ela, estão inúmeras histórias de fracasso escolar. Mais que compreender os processos de exclusão da nossa sociedade torna-se necessário que estes alunos ultrapassem a posição de meros receptores de conhecimentos, e se tornem sujeitos críticos, reflexivos e atores do seu próprio tempo,

que possam eles mesmos gerarem dinâmicas de transformações sociais e de combate às diversas formas de exclusão.

No que tange ao âmbito político, podemos evidenciar outros desafios não menos representativos que o precedente, tendo em vista que explicitaremos a importância da aplicabilidade da legislação, sendo este outro desafio a ser enfrentando não só por esta modalidade, mas por todo cenário educacional. Nesta aplicabilidade, pontuamos duas leis que regem o campo nacional educacional, contemplando a educação e a EJA dentre as prioridades abarcadas, a primeira é a Constituição Federal de 1988, na qual podemos observar a educação sendo retratada como direito ofertado a todos os sujeitos sociais, independentemente de classe social, gênero, etnia, raça ou região. A segunda é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, indicando em seu art. 37 e 38, especificidades que devem ser executadas pelo poder público, dentre elas: o estímulo do acesso e permanência destes partícipes, por meio de projetos integradores. Frente a estas duas legislações, indagamo-nos: O que o poder público e os personagens escolares estão fazendo para sanar o quadro alarmante de evasão? Uma vez que entendemos que essa evasão trás consigo grandes problemas estruturais tanto na vida dos indivíduos, quanto na organização do país.

Sendo assim, para que haja a resolução de tal questionamento, ainda, necessitamos de mais engajamento político e social, no que concerne à efetivação do reconhecimento dessa modalidade como um dos elementos essenciais, no sentido de não só de alfabetizar ou transferir conhecimentos, mas, sobretudo, converter seu caráter de suplência numa proposta que torne os seus sujeitos (jovens e adultos), personagens capazes de reconhecer as fragilidades sociais que os cercam, em especial a exploração no trabalho e nas situações corriqueiras da vida. Outrossim, podemos adiantar e elencar algumas propostas do governo perante a Educação de Jovens e Adultos, tomando como impulso para o debate, a Constituição Federal de 1988 e sua importância. Na concepção de Ireland, Machado e Ireland (2005, p.1, grifos nossos):

Um marco legal importante das últimas décadas é a Constituição Federal de 1988 que trata de dois aspectos importantes para a EJA: primeiramente a questão da **garantia da gratuidade** desta modalidade de ensino no nível fundamental (Art. 208, inciso I) e, em seguida, o destaque para o

enfrentamento do analfabetismo como um dos objetivos de um Plano Nacional de Educação (Art. 214, incisol).

Com isto, diante deste avanço norteado pela gratuidade e pelo enfrentamento ao analfabetismo, colocamos em pauta as sequências de iniciativas decorrentes da Constituição, no sentido de delimitar e/ou esmiuçar o que fora apregoiado pela Lei Maior. Dentre elas, elencamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, especificadamente, o Art 4º, o qual versa sobre:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de:

- I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...]
- II- VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

Não podemos negar que os esforços estão sendo construídos gradativamente em nosso país, seja pelos governantes, seja pelos intelectuais engajados no estudo em prol da EJA ou, como foi mencionado, pelos Movimentos Sociais, estes com maior efervescência na década de 1980. Segundo Ventura (2006, p.20):

Observa-se, no final da década de 1990, que o atendimento pela EJA ocorre basicamente de forma descontínua e diversificada: entre as diversas experiências, existem ações desenvolvidas tanto no âmbito dos poderes públicos quanto da sociedade civil. As ações governamentais vinculam-se ao Ministério da Educação (principalmente, **ações** ligadas às secretarias municipais e estaduais de educação, dependendo das prioridades de cada administração); ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA); e ao Ministério do Trabalho (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR). Aquelas desenvolvidas no âmbito da sociedade civil organizada apresentam uma diversidade maior [...].

Nas ações desenvolvidas pela sociedade civil, a mesma autora destaca o papel do Movimento Sindical, dos Movimentos dos Sem-Terra – MST, dos projetos das Universidades privadas, das ONGs, das instituições religiosas, dentre outras.

Demonstrando assim, uma diversidade de iniciativas encabeçadas pela sociedade, em prol de um grupo específico e ao mesmo tempo diverso, que compõe a EJA. Para tanto, entendemos a relevância destas questões estarem sendo discutidas e/ou problematizadas, em meio aos que “fazem” a EJA, em razão de configurar um campo de debate propenso a formar opiniões coletivas, cuja

culminância dar-se-á com as intervenções dos educadores no ambiente escolar e não escolar.

Agora, iremos nos situar no âmbito educacional, sendo este que, de fato, irá efetivar os ideais apregoados pelo âmbito político, cujos desafios atuais centram-se na urgência em considerar as diferenças (alteridades) que, por vezes, recaem sobre o setor da desigualdade, mas, entretanto, deve converter-se na valorização da diversidade dos sujeitos. Tal diversidade pode ser problematizada, por intermédio das diferenças geracionais na EJA. Em outras palavras, a capacidade que o educador deve adquirir para associar conhecimentos significativos que, de sobremaneira, englobem os interesses dos jovens, dos adultos e dos idosos. E, com isto, abordamos a importância da formação inicial e continuada, como instrumento de valorização do trabalho pedagógico, tendo em sua primazia o olhar sensível à realidade do educando, atentando para suas fragilidades e as respectivas superações, propiciando, também, ao educador subsídios que possam engendrar a efetivação do seu trabalho, pois esta competência não depende exclusivamente do professor, mas, sobretudo, da intervenção do poder público e da gestão escolar.

É relevante mais uma vez frisarmos a importância da qualidade da formação do educador da EJA, quem é esse sujeito?, em que lugar e como acontece a sua formação?

É imprescindível que o docente dessa modalidade esteja qualificado de maneira específica, para atuar nessa modalidade, uma vez que, a mesma possui características diferentes da educação infantil, pois na maioria dos casos,

Os professores que se propõem a ou impõem alfabetizar, não tem qualificação especial para tal. São em sua maioria, professores improvisados. Vão contra o princípio de Emília Ferreiro e Vygotsky de que alfabetizar é um ato de conhecimento e, portanto uma tarefa complexa, demorada e exige competência e compromisso de profissionais preparados para tal (MOURA, 2008, p. 67).

Sabemos que houve um significativo avanço das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, mas ainda hoje é possível encontrar vestígios de uma organização intencional e elitista, na estrutura dessa modalidade. Percebemos que desde a consolidação da EJA em nosso país, houve interesses de dominação de um grupo em detrimento de outro.

Após elencar e contextualizar alguns fatores que entendemos ser determinantes para o combate à exclusão em nosso país, entendemos que a EJA é um importante instrumento de mudança a ser apropriado por aqueles considerados suprimidos da escola, a medida em que os sujeitos que compõem a educação brasileira vão compreendendo cada vez mais, que os fatores: sociais, políticos e educacionais, são de suma relevância para a trajetória educacional de um indivíduo. E que a Educação de Jovens e Adultos pode ser considerada um mecanismo de combate à exclusão social em nosso país, pois a educação é peça fundamental para que um dia consigamos um Brasil realmente para todos e de todos.

5 AS POSSIBILIDADES QUE A ESCOLA PODE PROPORCIONAR PARA O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Antes de esboçarmos a respeito das possibilidades que a escola pode oferecer para o combate à exclusão social, queremos esclarecer que não é a nossa intenção prescrever nenhuma fórmula ou receita mágica que consiga extinguir totalmente, e instantaneamente, a exclusão na sociedade brasileira. O que pretendemos, na verdade, é contribuir para uma possível reflexão sobre o tema supracitado, a fim de participarmos da construção de novos saberes e visões sobre a Educação de Jovens e Adultos. Buscaremos discutir a função social da escola diante da problemática exclusão. Também, pontuaremos algumas posturas e atuações tanto do governo, quanto dos educadores dessa modalidade, que de certa forma encaminham para a redução e o enfraquecimento das desigualdades sociais. E ainda, demonstraremos as políticas públicas que auxiliam à consumação dessa modalidade de ensino no Brasil.

Para este capítulo, nos detemos a discorrer baseadas nas obras de Paulo Freire, mais precisamente o livro, “Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa”. Esta produção retrata as atitudes que os educadores devem assumir diante dos seus alunos, bem como define as especificidades do ato de ensinar.

Antes de iniciarmos a discussão direcionada a escola, buscaremos elencar aqui, algumas ações que auxiliam na estruturação dessa instituição de ensino, no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos.

No que se refere à Constituição Federal do Brasil (1988, p.128), esta garante no Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção I, no artigo 208, as seguintes atribuições: "I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando".

Nesta direção, a LDB parte dos mesmos princípios, no artigo 4º, com o acréscimo do parágrafo VII, o qual versa sobre a "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola"; E ainda, no capítulo II da Educação Básica, seção V da Educação de Jovens e Adultos, propõe em seu "artigo 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria". Já no "§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas [...]", considerando as especificidades dos educandos, por meio de cursos e exames, respectivamente no "§2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si"; e no subsequente, "§3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento".

Estas são garantias legais para o público da EJA, que podem ser vistas como pontos positivos para assegurar que algo precisa ser feito por essas pessoas, não no sentido de caridade, nem tão somente para compensar a dívida histórica com os não alfabetizados, mas para assegurar direitos de cidadania. Mesmo com entraves, reconhecemos os avanços que surgiram com a implementação da LDB (9394/96), pois a partir dela a EJA começa a ser compreendida como uma modalidade da educação básica.

Em 2011, o Governo Federal cria o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) com a intenção de oferecer cursos de educação profissional e tecnológica onde por falta de conhecimento é muito pouco procurado ou até mesmo divulgado por professores e gestores.

Até o presente momento, apresentamos ações que estão sendo realizadas a favor da EJA no território nacional e as estratégias que oferecem suportes às escolas, aos profissionais da educação e aos aprendizes. Porém, ainda falta apresentarmos o relevante papel da escola nesse enfrentamento da exclusão. E é o que continuaremos a fazer nos parágrafos seguintes.

Diante das manifestações apresentadas, entendemos que o processo de aprendizagem ocorre nas diferentes fases da vida, por meio das relações e interações, seja na relação com os familiares, amigos e com a natureza. Entretanto, estamos sempre sujeitos ao aprendizado, e a escola é mais um espaço propício para essa construção do conhecimento.

A escola é o lugar especialmente estruturado para potencializar a aprendizagem dos alunos. A escola, poderíamos afirmar, é o cenário no qual alunos e professores, juntos, vão construindo uma história que modifica, amplia, transforma e interfere em diferentes âmbitos: o da pessoa, o da comunidade na qual está inserida e o da sociedade, numa perspectiva mais ampla (BRASIL, CADERNO 2: A SALA DE AULA COMO UM ESPAÇO DE VIVÊNCIA E APRENDIZAGEM, 2006, p.8-9).

Conhecer e compreender o contexto em que os alunos da EJA se encontram é a primeira ação pedagógica que a escola deve realizar. Há ações que não podem ser delegadas a um método “pronto” de ensino, ou a um livro didático, por exemplo, mas que as particularidades de cada aprendiz sejam o centro da ação pedagógica.

Entendemos, dessa maneira, uma vez que ao longo do nosso trabalho nos remetemos ao combate da exclusão social, que a escola venha a conhecer quem são esses indivíduos que, por muitas vezes, ficaram e ficam a mercê dos direitos e deveres sociais. Não há como pensar em uma mudança, sem que antes venhamos a entender o passado e o presente desses sujeitos. E isso é simplesmente o ato de planejar, e não estamos nos reportando apenas ao planejamento de pequenas ações do cotidiano da escola. Mas, que esses planejamentos sejam fomentados, visando resultados (e desejamos que sejam positivos) em longo prazo. Pois “o trabalho pedagógico deve ser sempre um trabalho sistemático para que possa ter efeitos (e

efeitos duráveis) sobre o aluno". (CADERNO 3: PREPARANDO A ESCOLA E A SALA DE AULA, 2004, p. 15).

É interessante sabermos que a prática educativa é uma ação social, exclusiva dos seres humanos, e que ocorre por meio da curiosidade, da comunicação e do pensamento. Ou seja, é uma ação, na qual o indivíduo que a pratica faz por ter uma finalidade, uma intenção e vai buscar maneiras para fazer da melhor forma possível. Toda ação educativa requer educador e educando, não necessariamente nessa ordem, é o que Freire diz "não há docência sem discência" (2005, p.11).

Quando Freire (2005, p.14) assevera que, "aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes", ele está se referindo ao modo como o educador deve se por diante da sua prática, sendo um pesquisador contínuo, sempre buscando informações novas para fomentar os alunos, ter postura ética e não desistir diante das dificuldades que possam aparecer.

A função social da escola é ensinar, mas esse ato de ensinar deve ser no sentido de auxiliar os educandos a desenvolverem, tanto na sua forma de refletir sobre o mundo, quanto fazê-los questionar sobre a realidade a qual estão inseridos. O professor pode desenvolver esse papel importante na sala de aula, despertando nos alunos a curiosidade de "enxergar" as coisas por diferentes ângulos, dialogando sempre, como também, através dos bons exemplos, é o que Freire chama de "dar corpo ao discurso". Então, o professor deve ter muito cuidado ao que diz e ao que faz em sala de aula e, por sua vez, constantemente usar a autoavaliação e o bom senso, para saber o que pode e deve continuar, e o que pode e deve ser mudado na sua prática docente.

Ao longo das nossas experiências, constatamos que a escola é um importante instrumento de combate às desigualdades sociais, pois é por meio de conteúdos sistematizados e conhecimentos amplos sobre a realidade que o sujeito encontra meios de mudança na sua vida pessoal. Essa mudança, a partir dele, é que refletirá na sociedade. Entendemos que quanto mais um povo é letrado, no sentido de letramento, melhor será o desenvolvimento social do país.

Com efeito, gostaríamos de frisar mais uma vez que não estamos criando uma fórmula mágica contra a exclusão, nem tão pouco estamos escrevendo um "romance" sobre a educação; todavia, queremos mostrar que há, sim, possibilidades de superação e transformação da nossa realidade, através da educação e a escola como "peça chave" nesse processo.

6 METODOLOGIA

Apresentamos para este trabalho os aspectos teórico-metodológico, três vertentes, sendo elas: exploratória, bibliográfica e qualitativa. Na exploratória, para Siltiz apud Gil (2002, p. 42), "na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão". Na bibliográfica, GIL (2002, p. 44) destaca que, "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos", os quais correspondem ao suporte utilizado para o embasamento da nossa pesquisa. As autoras Ludke e André descrevem bem o conceito de pesquisa qualitativa, quando mencionam que:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como uma fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento: Os dados coletados são predominante descritivos; A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; "O significado" que as pessoas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. A análise dos dados tende a um processo indutivo". (LUDKE; ANDRÉ, 1996, p. 12).

Quanto a sua estrutura, este trabalho está organizado em três capítulos. Este primeiro, de caráter introdutório, em que tratamos da problemática, da justificativa, dos objetivos e da metodologia.

No segundo capítulo, abordaremos uma discussão sobre o objeto deste estudo, a EJA e o enfrentamento da exclusão social, descreveremos a importância da Educação de Jovens e Adultos para a sociedade, apresentando seus objetivos e a forma de atuação. Depois, de forma breve, percorremos pela história da Educação de Jovens e Adultos, iniciando nosso trajeto com a chegada dos jesuítas ao Brasil, passando pelo período Colonial, Imperial e Republicano. Adentramos no século XX analisando o processo de industrialização do país. Também, abordaremos a década

de 40, na qual surgiram as primeiras campanhas de alfabetização de massa em âmbito nacional, chegando ao surgimento dos movimentos populares de educação, que tiveram como subsídios os ideais e as teorias de Paulo Freire. Em momento ulterior, fazemos uma ressalva ao período da Ditadura Militar, dando ênfase a dois projetos e métodos de alfabetização: a Cruzada ABC e o Mobral. Relatamos um pouco dos anos 90, até chegar aos dias atuais. E para fechar a esse capítulo, trataremos da EJA e o combate à exclusão social na sociedade brasileira, recorrendo acerca do papel da EJA no cenário nacional.

No terceiro capítulo intitulado, as possibilidades que a escola pode proporcionar para o enfrentamento da exclusão social, discutiremos a respeito da função social da escola, a postura do educador da EJA e as formas de atuação que podem depreciar algumas formas de exclusão. Por fim, apresentamos as considerações finais respeito ao tema e seus objetivos, assim como uma breve análise acerca das nossas aprendizagens no processo de elaboração deste trabalho.

Esperamos contribuir com as discussões, no que tange a respectiva temática, não apenas a título de absorção de conhecimento, mas desejamos que o referido estudo possa auxiliar profissionais da área educacional, bem como que a nossa experiência vivenciada no estágio, possa ser norteadora de avaliação e reflexão da prática pedagógica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por representar um forte recurso didático e favorecer o desenvolvimento infantil em diversos aspectos, como: aquisição da linguagem verbal, socioafetivo, escuta, concentração, entre outros, a música deve ser utilizada com muito mais frequência, pelos pais, cuidadores e, principalmente, professores da Educação Infantil. Os resultados de uma prática pedagógica que se utiliza, com frequência devida, da música, são de uma eficácia incontestável.

Além de tornar o ambiente alegre, divertido e agradável para a criança, a aprendizagem se tende a se consolidar de maneira mais rápida e muito mais satisfatória.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição; BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, v. 134, n. 248, p. 27.834-27.841, 1996.

ESTIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias**, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. Cortez editora, 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. História da alfabetização de adultos no Brasil. **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica**, p. 27-58, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IRELAND, Timothy D; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Vera Esther J. da Costa. **Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada**, 2005.

KLEIMAN, Angela. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Mercado de Letras, 1995.

Parecer CNE\ CEB 11. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**, 2000.

SOARES, Leôncio. Alfabetização de jovens e adultos: um pouco da história. **TV Escola/Salto para o Futuro, Rio de Janeiro. Brasil Alfabetizado em foco**. Rio de Janeiro: TV Escola, p. 11-16, 2003.